

MIGRAÇÃO DE RETORNO DE BRASILEIROS QUE VIVIAM EM PORTUGAL: EM BUSCA DE DADOS (NOTAS DE PESQUISA)¹

RETURN MIGRATION OF BRAZILIANS WHO LIVED IN PORTUGAL: IN DATA SEARCH (RESEARCH NOTES)

Romerito Valeriano da Silva

Doutor em Geografia e professor do CEFET-MG, Brasil

romerito@cefetmg.br

Duval Magalhães Fernandes

Doutor em Demografia e professor da PUC-Minas, Brasil

duval@pucminas.br

João Alfredo dos Reis Peixoto

Doutor em Sociologia e professor da Universidade de Lisboa, Portugal

jpeixoto@iseg.ulisboa.pt

Andrea Poleto Oltramari

Doutora em Administração e professora da UFRGS, Brasil

andreaoltr@gmail.com

Recebido: 08.11.2021

Aceito: 07.03.2022

Resumo

O estudo das migrações internacionais sempre foi desafiador, destacando-se, entre muitas razões para isso, uma delas: a dificuldade de acesso a dados, o que, até certo ponto, era amenizado pelas informações disponibilizadas pelos censos demográficos brasileiros mais recentes. No entanto, além das perspectivas de manutenção das variáveis sobre migrações internacionais não serem favoráveis para o próximo censo, não temos sequer a certeza de sua realização. Um caminho possível para tentar manter as investigações sobre a migração de retorno com base em dados é a busca de outras fontes, que, mesmo não tão representativas como o censo, sirvam para sinalizar tendências. Foi nesse sentido que recorreremos à Organização Internacional para as Migrações (OIM) em busca de informações sobre os seus programas de retorno voluntário. Nosso objetivo foi o de conseguir acesso a dados para dar continuidade às nossas pesquisas sobre o retorno de brasileiros que viviam em Portugal. Por meio desses dados, pudemos rastrear a distribuição em território nacional dos brasileiros que contaram com o apoio da OIM para retornar de Portugal em períodos mais recentes. Essas informações, combinadas ao delineamento do perfil dos solicitantes e às suas razões para o retorno, são relevantes para se pensar políticas públicas de reintegração mais efetivas e por apontar pistas das tendências do movimento de retorno dos brasileiros que vivem em Portugal.

Palavras-chave: Migração Internacional; retorno; OIM; Portugal; Brasil.

¹ O tema deste trabalho foi apresentado no XVI Enanpege e um resumo foi publicado nos anais do evento.

Abstract

The study of international migrations has always been challenging. One of them stands out among many reasons: the difficulty of accessing data. What to some extent was mitigated by the information provided by the most recent Brazilian demographic censuses. However, in addition to the prospects of maintaining the variables on international migration not being favourable for the next census, we are not even sure that it will be carried out. Therefore, one possible way to keep investigations on return migration, based on data, is to search for other sources, which, even if not as representative as the census, serve to signal trends. In this sense, we turn to the International Organization for Migration (IOM) in search of information about its voluntary return programs. Our objective was to gain access to data to continue our research on the return of Brazilians living in Portugal. Through these data, we were able to track the distribution in the national territory of Brazilians who had the support of the IOM to return from Portugal in more recent periods. This information, combined with the outline of the applicants' profile and their reasons for returning, is relevant for thinking about more effective public policies for reintegration and pointing out clues to the trends in the return movement of Brazilians living in Portugal.

Keywords: International Migration; return; IOM; Portugal; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das migrações internacionais sempre foi desafiador, destacando-se, entre muitas razões para isso, uma delas: a dificuldade de acesso a dados. Desde a década de 1970, o censo demográfico brasileiro foi sendo incrementado para enfrentar tal desafio, até chegar ao ponto de, no Censo de 2010, termos tido a maior quantidade de variáveis que nos permitiram estudar essa temática (RIGOTTI, 2011). No entanto, além das perspectivas de manutenção das variáveis sobre migrações internacionais não serem favoráveis para o próximo censo, não temos sequer a certeza de sua realização. Isso torna a situação ainda mais desafiadora, principalmente quando se busca estudar um tema tratado como marginal nos estudos populacionais, a migração internacional de retorno (CASTILLO, 1997; SIQUEIRA, 2009; SILVA, 2016), que depende, muitas vezes, de análises indiretas, como a comparação dos dados de data fixa com os da última migração.

Por outro lado, não pode ser negada a dinâmica da migração internacional, principalmente no Brasil, que, nas últimas décadas, passou a integrar o sistema migratório internacional como país de origem, destino e trânsito (PATARRA, FERNANDES 2012). Dessa forma, alterações nos fluxos migratórios ocorrem com grande rapidez nos períodos intercensitários. Por essa razão e considerando as dificuldades para a realização do censo demográfico brasileiro, urge encontrar outras fontes de dados que possam trazer informações sobre a origem e o destino dos imigrantes. Nesse particular, um nicho a ser explorado seria o uso de registros administrativos de diversas origens.

Sendo assim, um caminho possível para tentar manter as investigações sobre o assunto com base em dados seria a busca de outras fontes, que mesmo não tão representativas como o censo, serviriam para sinalizar tendências. Foi com esse pensamento que recorremos a um órgão das Nações Unidas, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em busca de informações sobre os seus programas de retorno voluntário. Nosso objetivo foi o de conseguir acesso a dados para continuar nossas pesquisas sobre o retorno de brasileiros que viviam em Portugal.

Por meio desses dados, pudemos rastrear a distribuição em território nacional dos brasileiros que contaram com apoio da OIM para retornar de Portugal em períodos mais recentes (2019 e 2020). Essas informações são relevantes para se pensar políticas públicas de reintegração mais efetivas e para apontar pistas das tendências do movimento de retorno dos brasileiros que vivem em Portugal. Por isso, as contribuições relevantes desse tipo de estudo são primordialmente duas: uma, permitir avançar na avaliação da utilização de registros que possibilitem acompanhar a dinâmica migratória nos períodos intercensitários; e outra, a de revelar as potencialidades das bases de dados alternativas que possam suprir, mesmo que em parte, o problema que estamos enfrentando no Brasil, em que, por conta de decisões políticas, há dificuldade na produção e disseminação de dados em larga escala. Para contextualizar como obtivemos acesso aos arquivos começaremos por descrever os desafios para conseguir acessar os dados, suas potencialidades e fragilidades.

2. O ACESSO AOS DADOS

Desde 1997, Portugal desenvolve, em parceria com a OIM, um programa de apoio ao retorno voluntário e à reintegração que já teve várias denominações e foi desenhado para atender aos imigrantes desejosos de deixar o país. A participação dos brasileiros foi sempre crescente e chegou, em 2012, a responder por mais de 80% dos processos de reintegração (OIM-2013). A última proposta desse programa – Mecanismo Complementar Comum para uma Reintegração Sustentável no Brasil (Sure) – incorporou também os imigrantes que residiam na Irlanda e na Bélgica e que tinham a intenção de retornar ao Brasil.

No esforço de ampliar o estudo sobre o fenômeno da migração entre Brasil e Portugal, pesquisadores da PUC-Minas, da UFRGS, do Cefet-MG e da Universidade de Lisboa vêm realizando trabalhos que envolvem pesquisas de campo e a avaliação de fontes alternativas para a análise da migração internacional. Considerando a cooperação e a assessoria do Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População – Gedep, da PUC-Minas, à OIM no

âmbito do Sure, foi possível obter acesso às informações sobre as pessoas que se inscreveram no programa, mesmo que não tenham recebido o apoio para o regresso. Importante indicar que essas informações não representam o universo dos imigrantes brasileiros em Portugal, mas sim uma pequena parcela que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade.

3. METODOLOGIA

Como o nosso objetivo neste estudo extrapolava a descrição espacial dos brasileiros que retornaram de Portugal com o auxílio da OIM, caminhando também para uma verificação do perfil desses migrantes, consideramos que o trabalho é um estudo exploratório, por nos oportunizar a exploração dos dados, mas também a reflexão sobre sua fonte e forma de coleta.

Após termos acesso aos dados, o nosso primeiro desafio foi tentar extrair deles as informações que atendiam ao nosso objetivo, a saber, o perfil socioespacial dos brasileiros que retornaram de Portugal com o auxílio da OIM. Tivemos acesso a três arquivos que continham informações sobre os programas de retorno voluntário no período de 2019 e 2020. Existem dois programas (Arvore – Programa de apoio ao retorno voluntário e a reintegração e o Sure) que apoiam com passagens e, em alguns casos, com um *seed money* para um projeto de empreendimento. O projeto Arvore é exclusivo de Portugal, e o Sure envolve a Bélgica e a Irlanda. Trabalhamos com as informações sobre Portugal.

Os arquivos estavam organizados da seguinte forma:

1. Query Arvore VII_2020: planilha composta por duas abas, uma contendo informações sobre as pessoas que tiveram apoio para o regresso e o nome do responsável pela família, e outra com as informações sobre os acompanhantes.
2. Referral Sheet Sure: arquivo com os dados dos que receberam apoio do projeto Sure para o retorno de Portugal. Nesse caso, todas as informações estavam em uma aba, e as famílias, identificadas pelos números da OIM.
3. Query Arvore 2020_IN: nessa tabela estavam todos aqueles que se inscreveram no programa em 2019 e 2020 e que não foram atendidos ou desistiram de seguir com o processo. Nesse caso, a informação foi só de origem e destino.

O primeiro movimento que tentamos fazer foi verificar a compatibilidade dos dados dos arquivos, porque suspeitávamos de que eles se repetiam. Os arquivos que analisamos foram “Query Arvore VII_2020” (que chamaremos de Arquivo 1) e o “Referral Sheet Sure” (que chamaremos de Arquivo 2). De fato, os dados se repetiam. Notamos que todos os

casos do Arquivo 2 se encontravam no Arquivo 1, inclusive com os mesmos números OIM. As poucas diferenças que encontramos foram: a) a idade dos solicitantes variava em pelo menos um ano, o que imaginamos ser devido à data do registro; b) no Arquivo 2, o solicitante e os agregados estavam na mesma planilha, enquanto no Arquivo 1 estavam separados em duas planilhas diferentes; c) no Arquivo 1, apareceram alguns casos que não constavam no Arquivo 2. Pela compatibilidade dos dados, optamos por trabalhar apenas com o Arquivo 1, por considerar que ao tratar os seus dados também estaríamos tratando dos dados contidos no Arquivo 2.

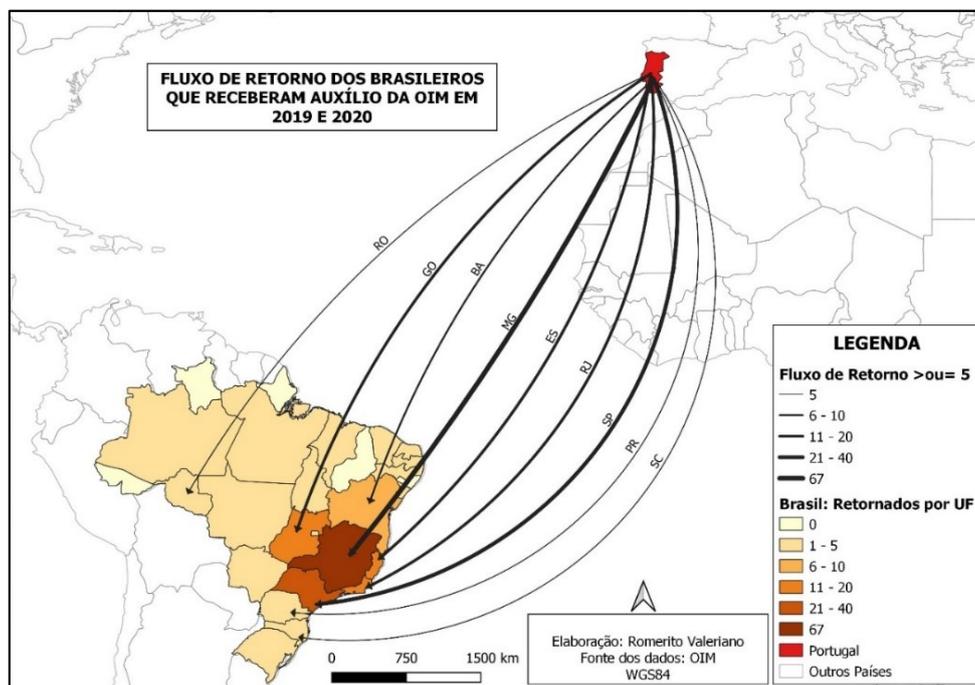
Num primeiro momento, optamos por não trabalhar com o arquivo “Querry Arvore 2020_IN”, visto que ele trata daqueles brasileiros que se registraram na OIM em busca de auxílio para retornar, mas por alguma razão não concretizaram o retorno. Mesmo não sendo um retorno concretizado, consideramos que esses dados são importantes por sinalizarem, quando somados aos dados dos outros arquivos, o potencial de retorno, e poderão ser objeto de estudo em pesquisas futuras. Apresentamos na próxima seção as principais potencialidades e fragilidades que identificamos nos dados da OIM com os quais trabalhamos.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Um aspecto importante que verificamos foram as informações que as planilhas disponibilizavam, tendo sido constatado que os dados da OIM apresentavam as seguintes variáveis na planilha 1: número de registro na OIM, número de agregados, data de registro, gênero, nacionalidade, idade, estado civil, data de entrada em Portugal, status migratório, distrito de residência em Portugal, aeroporto de destino no Brasil, município de destino final no Brasil, unidade federativa de destino final, nível de escolaridade, setor de atividade econômica, principais dificuldades em Portugal, razão para emigração e razão para o retorno. Essas variáveis indicam o enorme potencial da base de dados por reunir as informações relevantes para o trato dos aspectos mais gerais do retorno. Contudo, também notamos a ausência de informações mais detalhadas sobre as condições financeiras e sobre as redes migratórias às quais os migrantes estavam vinculados. Essas ausências são algumas das fragilidades mais importantes dessa base de dados para o estudo do tema.

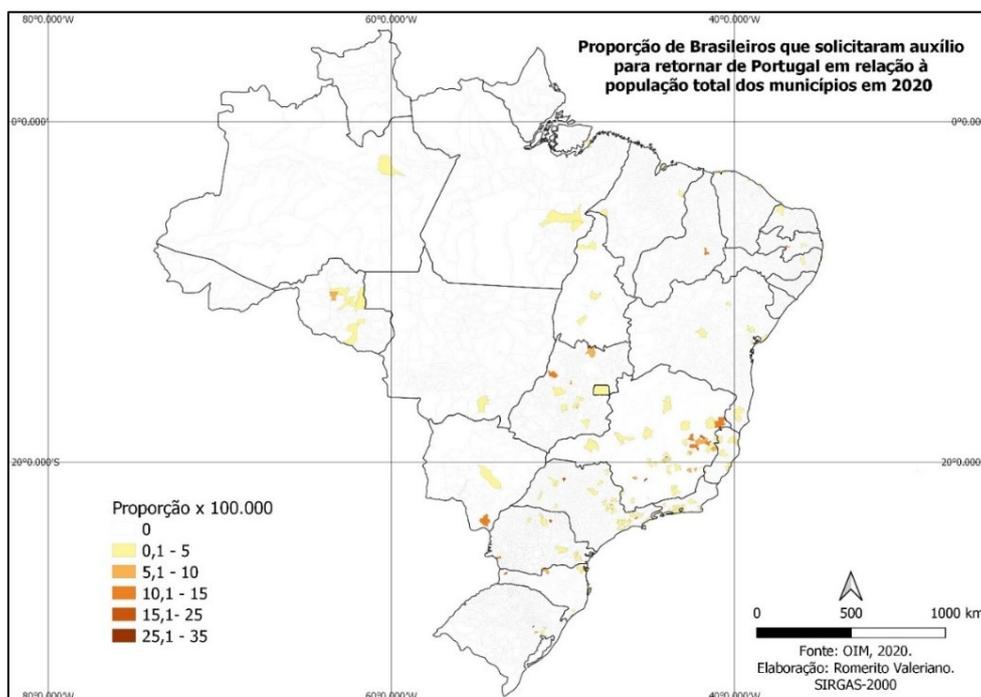
4.1. Análise da distribuição espacial

Nos dois mapas a seguir (Mapas 1 e 2) apresentamos os resultados preliminares que obtivemos com o tratamento espacial dos dados dessas bases.



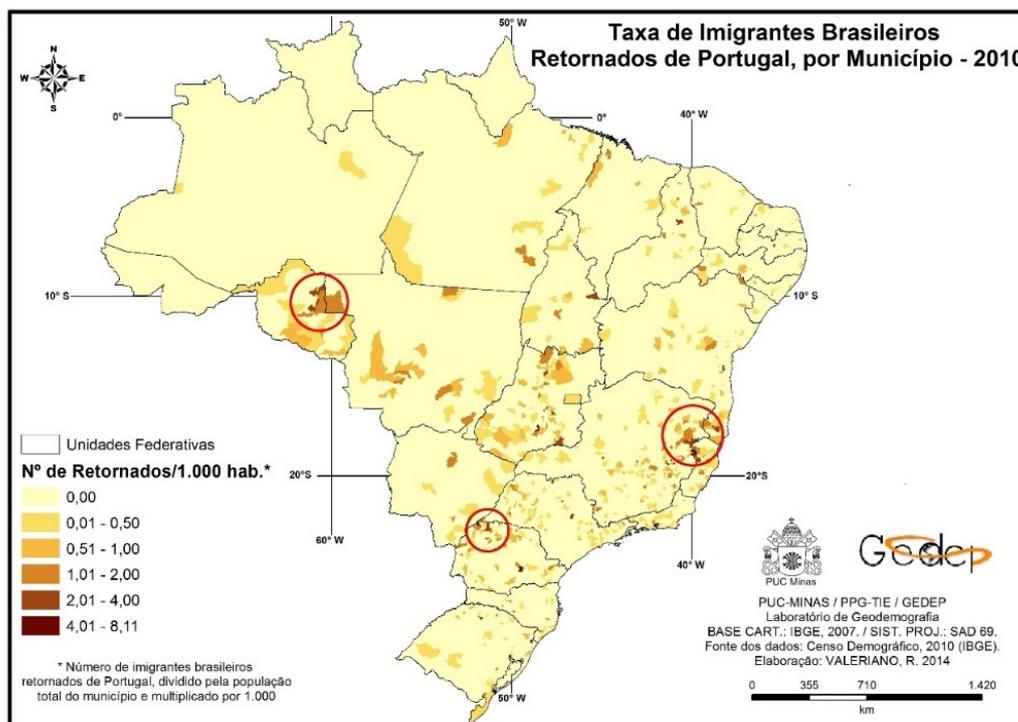
Mapa 1 - Estados de destino dos brasileiros segundo dados da OIM, 2020.

Fonte: OIM, 2020.



Mapa 2 - Municípios de destino dos brasileiros segundo dados da OIM, 2020.

Fonte: OIM, 2020.



Mapa 3 - Municípios de destino dos brasileiros segundo dados do Censo 2010.
Fonte: Censo Demográfico Brasileiro – IBGE, 2010. Mapa disponível em Silva (2016).

A espacialização dos dados e a comparação desses mapas com outros produzidos por meio dos dados do Censo de 2010 (como o Mapa 3) indicam uma grande similaridade na distribuição espacial do fenômeno. Em que pese a diferença no número absoluto de casos, é notório que os solicitantes de auxílio para o retorno que procuraram a OIM entre 2019 e 2020 vivenciaram uma dinâmica espacial muito semelhante à dos brasileiros que retornaram desse mesmo país e foram contabilizados pelo Censo 2010. Os principais distritos de origem em Portugal e os principais estados e municípios de destino no Brasil se repetem, o que indica uma proximidade espacial do fenômeno mesmo com o distanciamento temporal de dez anos. Além disso, é um indicativo importante da potencialidade de uso desses dados como complemento às informações censitárias no estudo da migração de retorno de brasileiros de Portugal.

Uma fotografia dos retornados apoiados pela OIM

Antes da apresentação desses outros resultados, é importante esclarecer que, durante a sua coleta, a OIM considera tanto as informações do solicitante do auxílio para o retorno como dos agregados que retornaram com o solicitante. Por isso, como mencionado anteriormente, no arquivo fornecido pela OIM tínhamos duas planilhas, uma com as informações do solicitante, e outra com informações sobre os seus agregados. Portanto, ao apresentar as características gerais dos retornados, trataremos tanto das informações dos

solicitantes quanto das referentes a seus agregados. Não faremos o mesmo para a apresentação dos dados específicos de atividades laborais, nem para as dificuldades em Portugal ou para as razões para o retorno, porque esses campos só aparecem na planilha dos solicitantes.

Aspectos que sempre chamam a atenção ao se analisar os dados dos imigrantes de retorno são sua estrutura etária e de gênero, isso porque são dados relevantes para deduzir as demandas sociais mais urgentes no país de recepção. Tais informações indicam se há uma demanda maior de trabalho, escolas ou quais outros serviços precisam estar preparados para proporcionar uma reinserção menos traumática. Nesse sentido, o banco de dados da OIM surpreende, como pode ser constatado no Gráfico 1.

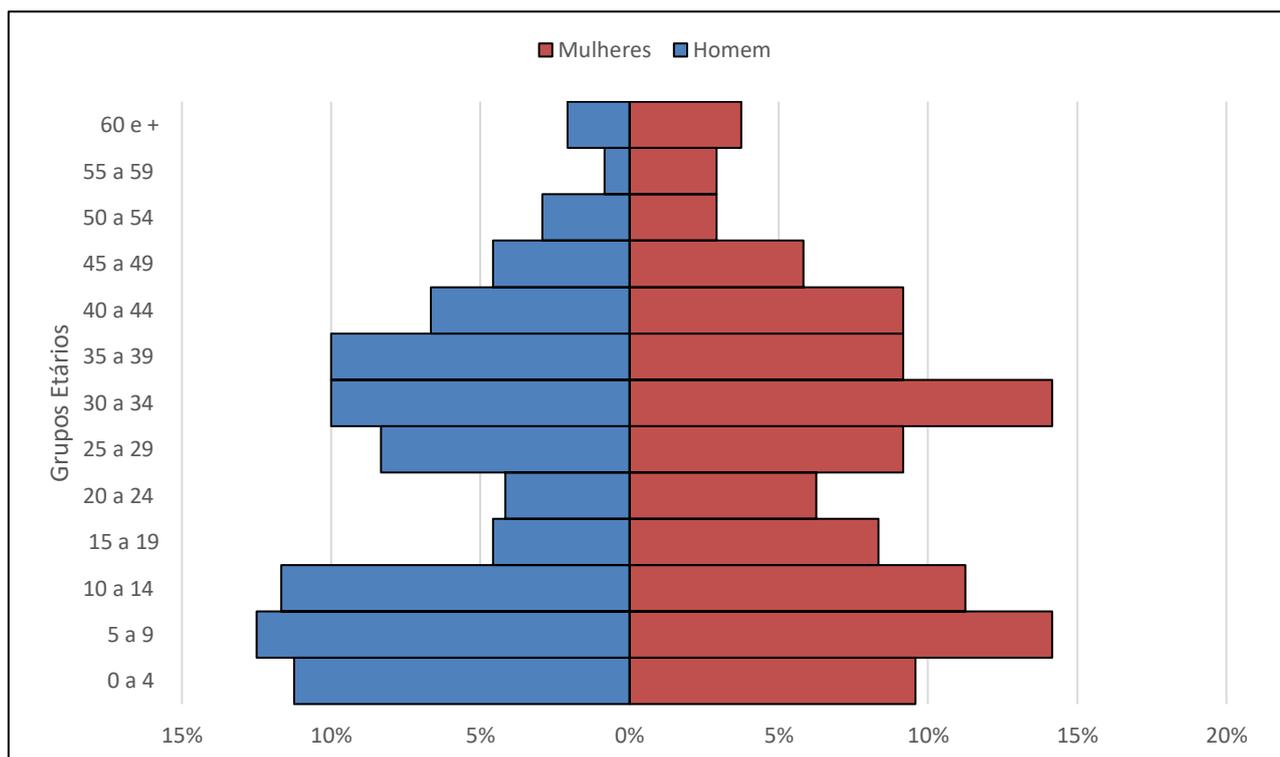


Gráfico 1 - Pirâmide etária dos solicitantes de auxílio para o retorno e seus agregados.

Fonte: OIM, 2020.

A pirâmide etária indica o retorno de uma população predominantemente feminina, com um percentual considerável de crianças e adolescentes, demonstrando que os solicitantes de auxílio, na maior parte das vezes, tentam retornar em família. Ao mesmo tempo, é marcante a presença de pessoas em idade ativa, que representam o segundo grupo etário de maior destaque no gráfico. Entretanto, como é possível notar, o maior contingente nesse grupo é de adultos com mais de 30 anos, indicando que os retornados são adultos que estão se aproximando do meio da idade ativa.

Essas informações demonstram que os desafios para a reinserção desses imigrantes no Brasil são grandes, e que as políticas públicas devem considerar as especificidades das mulheres e das crianças ao retornarem ao país, por se tratarem de grupos sujeitos a uma maior vulnerabilidade social e que, por isso mesmo, demandam políticas de reinserção mais urgentes para evitar a exposição a situações de risco que possam aumentar ainda mais a sua condição de vulnerabilidade. Estamos falando de vagas nas escolas, da desburocratização do acesso à benefícios sociais e da saúde pública, dentre outros. Além disso, os dados também demonstram a necessidade de gerar vagas de trabalho para a reintegração laboral de uma população em idade ativa, mas que já não é tão jovem, e que por essa razão também pode enfrentar desafios específicos. Em resumo, a estrutura etária e de gênero dos retornados demonstra a necessidade de políticas públicas situacionais que considerem as especificidades do perfil dessa população.

Ao restringirmos a análise aos dados dos solicitantes de auxílio para o retorno, a questão laboral fica ainda mais evidente, como se pode verificar na leitura do Gráfico 2.

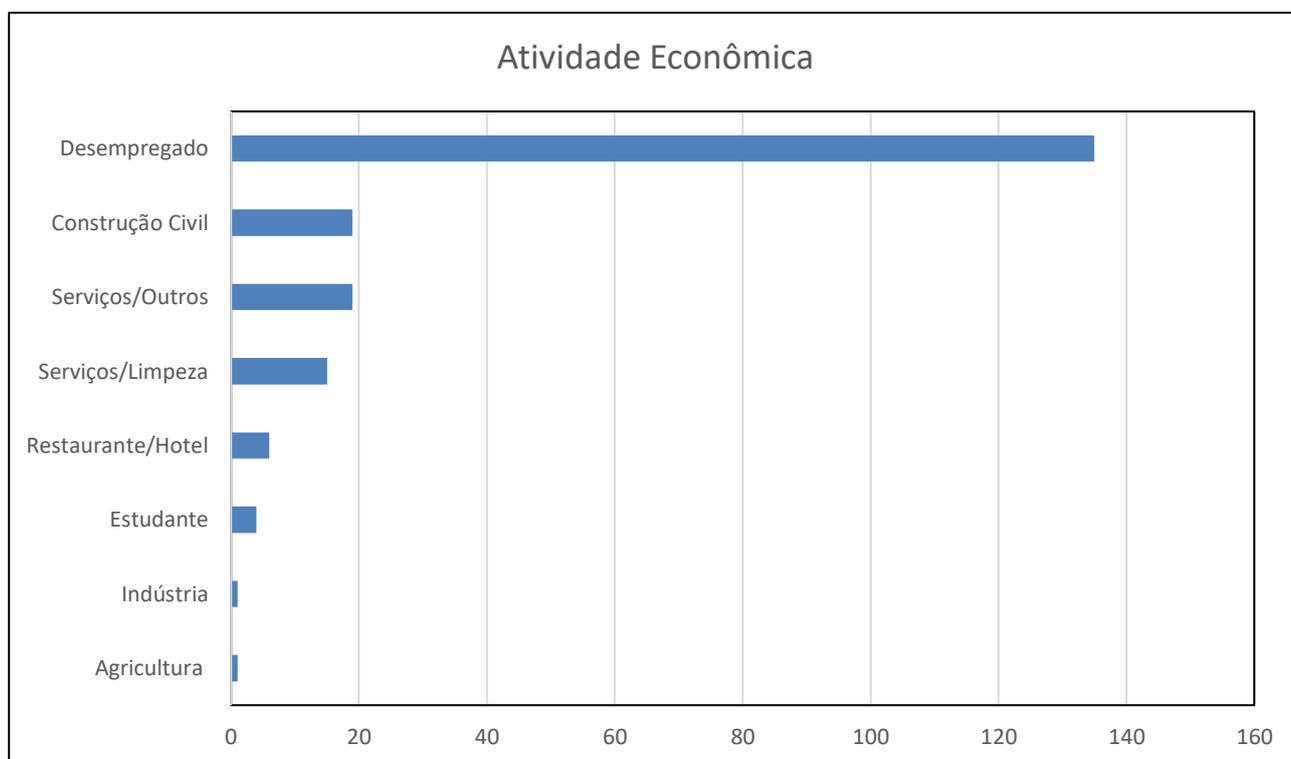


Gráfico 2 - Atividades econômicas dos solicitantes de auxílio para o retorno.

Fonte: OIM, 2020.

A grande maioria dos solicitantes indicou como atividade econômica a condição de desempregado, o que ajuda a entender não só porque o retorno era mais urgente, mas também a deduzir que o solicitante alimentava uma expectativa de conseguir trabalho no

Brasil, o que aumenta a pressão para a criação de políticas laborais para a reintegração desses brasileiros que viviam em Portugal. Tal constatação também ficou clara ao se verificar que os solicitantes apontaram a regularização como a principal dificuldade que encontraram em Portugal e como a razão primordial para terem decidido retornar. Isso pode ser notado nas nuvens de palavras construídas abaixo com as principais dificuldades e razões para o retorno indicadas pelos solicitantes de auxílio.



Figura 1 - Principais dificuldades que encontraram em Portugal.
Fonte: OIM, 2020.



Figura 2 - Principais razões para o retorno ao Brasil.
Fonte: OIM, 2020.

Destacam-se, nesse caso, quatro razões interdependentes: desemprego, economia, regularização e família. A não regularização é um obstáculo para se conseguir emprego, ainda mais empregos melhor remunerados. A situação econômica, mesmo quando o

indivíduo está empregado, não garante a manutenção de uma qualidade de vida por causa do subemprego característico dos não regularizados, o que pode colocar em risco toda a família, justificando a decisão de retorno. A falta de regularização é, portanto, um elemento fundamental, que nos ajuda a entender o círculo vicioso ao qual o migrante brasileiro que solicitou auxílio da OIM ficou sujeito em Portugal. Essa questão fica ainda mais clara ao levantarmos as informações sobre a situação migratória dos solicitantes de auxílio, como se vê no Gráfico 3.

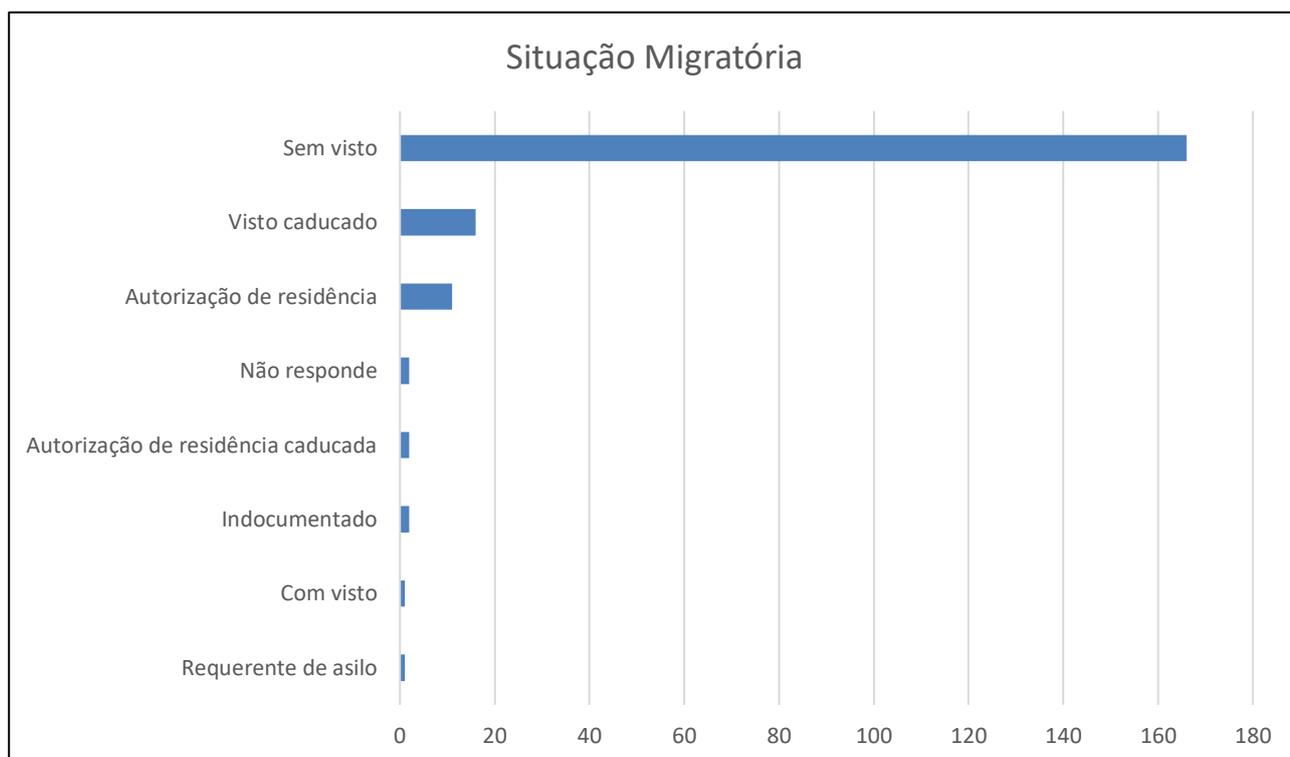


Gráfico 3 - Situação migratória dos solicitantes de auxílio para o retorno.

Fonte: OIM, 2020.

A grande maioria não tinha autorização de residência ou qualquer outra situação que lhe permitisse uma permanência mais tranquila em solo português. O círculo vicioso começa exatamente pela ausência do visto, que dificulta a empregabilidade, sendo ela, na maior parte das vezes, a condição para se conseguir a autorização de residência. Ou seja, sem visto é mais difícil conseguir trabalho documentado², sem trabalho não se consegue residência, sem residência não se consegue trabalho, e todo esse ciclo se repete. Isso indica que a regularização da situação migratória é estratégica para permitir uma melhor

² Importante mencionar que essa situação tem sido flexibilizada nas mais recentes legislações portuguesas que tratam do tema.

qualidade de vida no país de destino, o que pode, inclusive, diminuir a necessidade de retorno.

Já em se tratando da empregabilidade do retornado, é importante considerar ainda a escolaridade deles, por ser um indicador importante da potencialidade de cada um de se reinserir no mercado de trabalho depois do retorno. Os dados indicam que a maior parte dos solicitantes de auxílio para o retorno possuíam uma escolaridade que poderia ser considerada de média à alta, tendo em conta que o Brasil é um país emergente.

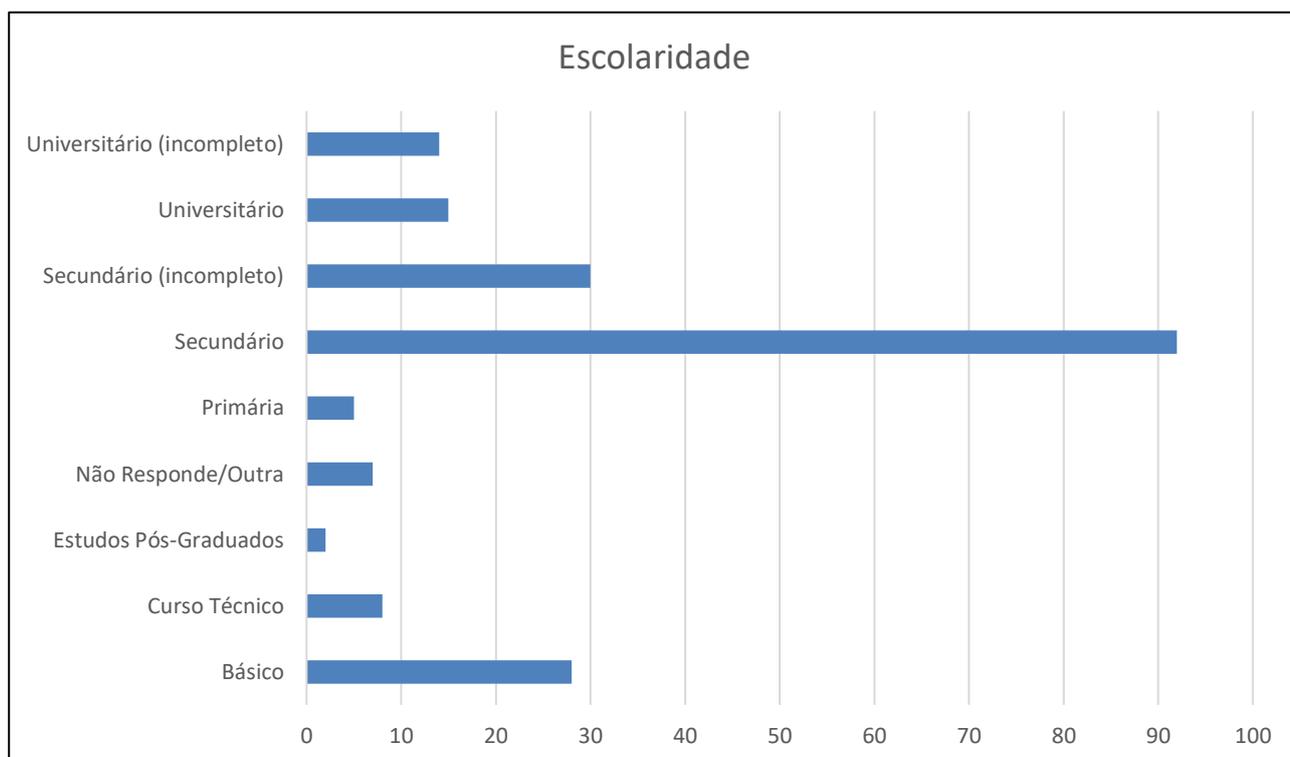


Gráfico 4 - Escolaridade dos solicitantes de auxílio para o retorno.

Fonte: OIM, 2020.

O destaque do nível secundário e universitário é um indicativo importante que demonstra que esses indivíduos representam uma mão de obra que possui escolaridade até mesmo maior do que a média da população brasileira. Tal fato revela que se trata de um grupo de pessoas que, no Brasil, provavelmente demandará empregos compatíveis com sua escolaridade, diferentemente do que ocorria em Portugal, tanto pelo não reconhecimento automático dessa escolaridade como pela não regularização já mencionada. Essas são pistas a mais dos tipos de postos de trabalho que devem ser criados no país de retorno para a absorção laboral adequada dessa população.

A fotografia dos retornados, percebida por meio da análise dos dados, fala por si só no que se refere à potencialidade desse banco de dados para o estudo do fenômeno e para o planejamento de políticas de reintegração mais eficientes. Além disso, também apresenta

pistas do porquê essas pessoas estão retornando, não só pela razão que apontam, mas também pelo que indicaram como fator motivador para a emigração. Ao compararmos os motivos apontados para a emigração com as razões para o retorno (apresentados nas duas nuvens de palavras a seguir, figuras 4 e 5), percebemos indícios de onde está o problema.



Figura 4 - Principais motivos para emigrar
Fonte: OIM, 2020.



Figura 5 - Principais razões para o retorno.
Fonte: OIM, 2020.

Como podemos notar, os motivos apontados para emigrar para Portugal são mais pulverizados do que as razões indicadas para o retorno, mas a questão econômica ocupa uma posição de destaque, embora seja acompanhada de perto, e com a mesma intensidade, por outros fatores, como a questão familiar, a violência etc. Mesmo assim, é perceptível pela comparação das duas nuvens de palavras que a frustração é um mote importante que pode explicar o retorno, já que a mesma questão econômica que os levou a emigrar foi associada ao desemprego, a principal razão que os levou a retornar. Mais uma

vez, isso nos mostra a fragilidade econômica dessa população e aponta seus objetivos com o retorno, que podem ser novamente frustrados, considerando-se a situação econômica e de empregabilidade no Brasil, o que faz com que esses retornados tenham grandes chances de enfrentar, após a chegada, desafios semelhantes ao que encontraram nos últimos tempos em Portugal, só com a vantagem de aqui não sofrerem com a necessidade de regularização. Todavia esses desafios poderão alimentar uma vontade de reemigração a curto e médio prazo, dentro daquela lógica de que o melhor lugar é sempre aquele onde não estamos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste artigo com a clara sensação de que temos muito mais o que estudar sobre esses dados, mas também com a de que conseguimos construir uma imagem, mesmo que inacabada, de um pedacinho do movimento de retorno de brasileiros que viviam Portugal em períodos mais recentes.

Podemos afirmar que, embora o número muito menor de casos e a especificidade dos brasileiros que receberam auxílio para o retorno sejam fragilidades do banco de dados disponibilizado pela OIM em comparação aos dados coletados em pesquisas censitárias, a atualidade justifica o seu uso por permitir uma fotografia recente, mesmo que enviesada, do fenômeno. Apesar da amostra, por causa das circunstâncias de coleta, não permitir extrapolar a análise, não sendo, portanto, estatisticamente representativa, tem seu estudo justificado por retratar a realidade de mais de 400 brasileiros que retornaram ao país. Ela aponta tendências do perfil e das causas do retorno mais recente ao Brasil. Na escassez de dados de outras fontes, esse material é um valioso contributo para o estudo do movimento de retorno de brasileiros que viviam em Portugal.

Entendemos que estudos de comparação de perfil desses retornados com o daqueles que responderam ao Censo de 2010 poderão confirmar as tendências aqui apontadas e legitimar ainda mais o uso de tais fontes alternativas. Portanto, este artigo é mais um chamado às novas pesquisas do que a conclusão de uma. Assim, encerramos este relato na esperança de que o censo, que deveria ter sido realizado em 2020, e ainda em 2021 não acontecerá, possa realizar-se finalmente em 2022, e que ainda contemple os dados migratórios, de tal forma que fontes alternativas, como a aqui apresentada, sejam realmente apenas complementares aos dados censitários.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, J. C. Teorias de La Migracion de Retorno. In: ESCRIBANO, A. I.; SILVAR, G. A. (Coord.). **Políticas de Retorno de Emigrantes**. La Coruña: Universidade, 1997, p. 29-44.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Fatores positivos e obstáculos para a reintegração sustentável no Brasil**. Relatório de pesquisa. Lisboa. 2013.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade Espacial da População: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. p. 141-156.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. M. Brasil Pais de Imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, v. 24, p. 65-96, 2012.

SILVA, R. V. **Brasileiros em Portugal: por que alguns imigrantes retornam e outros permanecem?** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SIQUEIRA, S. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil / Estados Unidos**. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

Recebido: 08.11.2021

Aceito: 07.03.2022